



Meia hora após o início da sessão, apenas Andrade, Meneguelli, Paim, Coutinho Jorge e mais quatro parlamentares estavam presentes

Líderes sabotam parecer e abrem espaço para reeditar desindexação

As lideranças governistas abriram caminho ontem para uma segunda reedição da medida provisória da desindexação, ao promover o esvaziamento da sessão da Comissão Especial do Congresso Nacional que deveria apreciar o parecer elaborado pelo senador Coutinho Jorge (PMDB-PA). O texto previa a criação de um mecanismo temporário de defesa dos baixos salários.

Meia hora após iniciada a reunião, estavam presentes apenas o próprio relator, três parlamentares de oposição — o senador Ademir Andrade (PSB-PA) e os deputados Jair Meneguelli (PT-SP) e Paulo Paim (PT-RS) — e o presidente da comissão, Efraim Morais (PFL-PB). Seguindo as normas regimentais, que garantem prazo máximo de 30 minutos para se alcançar o quórum mínimo, Morais encerrou a sessão às 16h30.

Como ontem era o último dia para que a comissão apreciasse a matéria, ela deixou oficialmente de existir. A medida só pode agora ser votada diretamente pelo plenário do Congresso Nacional. A hipótese é remota, uma vez que seria necessário um amplo acordo para que a medida entrasse em pauta. Mesmo

assim, o relator prometeu pedir apoio hoje ao presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP).

“Vou encaminhar a ele o meu parecer, para que a votação possa ser encaminhada até o dia 29”, anunciou Coutinho Jorge, referindo-se à data prevista para mais uma reedição da medida provisória. Os parlamentares da oposição presentes à reunião apoiaram a iniciativa. “Nós fizemos a nossa parte comparecendo à comissão”, disse Meneguelli.

O esvaziamento da sessão da comissão havia sido planejado desde a semana passada. A decisão final foi tomada ontem durante almoço dos líderes do Governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), e no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS). De acordo com os dois, a medida ainda não estaria madura para votação.

“Queremos garantir a continuidade das negociações”, justificou Rigotto. O dispositivo do parecer que mais encontra resistência junto ao Governo é o que prevê a reposição na próxima data-base, a cada trabalhador que receba até três mínimos, da inflação registrada

desde julho deste ano, quando deixou de existir o IPC-r. A equipe econômica acusa o artigo de abrir caminho para a reindexação da economia.

Estabilização — O ministro do Trabalho Paulo Paiva disse ontem, em Belo Horizonte, que a proteção dos salários dos trabalhadores que ganham até três mínimos, como está sendo proposta pelo senador Coutinho Jorge, pode comprometer a estabilização dos preços. Segundo ele, toda sociedade brasileira sairá perdendo se os salários voltarem a ser indexados.

Para o ministro, não há como indexar o salário dos trabalhadores que ganham até três mínimos mensais sem fazer o mesmo com todo o resto da estrutura salarial. Segundo ele, essa tentativa já foi feita no País na época em que o atual deputado Delfim Netto era ministro do Planejamento.

“O resultado todo mundo viu: o conjunto dos salários foi indexado, implicando em aumento de preços e na redução do poder aquisitivo dos salários. Essa idéia de indexação não é boa do ponto de vista técnico, nem do ponto de vista político”, disse.